



UNIVERSIDADE DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

**CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA**

RONALDO CEZAR ANTUNES

**OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST E A CONTRIBUIÇÃO PARA A
FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO: A EXPERIÊNCIA DE SANTA
CATARINA NA LUTA PELA TERRA**

LARANJEIRAS DO SUL

2019

RONALDO CEZAR ANTUNES

**OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST E A CONTRIBUIÇÃO PARA A
FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO: A EXPERIÊNCIA DE SANTA
CATARINA NA LUTA PELA TERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para o componente curricular TCC III.

Orientadora: Prof. MA. Jaqueline Boeno D'avila

LARANJEIRAS DO SUL

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Antunes, Ronaldo Cezar

OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST E A CONTRIBUIÇÃO PARA
A FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO: A EXPERIÊNCIA DE SANTA
CATARINA NA LUTA PELA TERRA. / Ronaldo Cezar Antunes. -2019.
59 f.:il.

Orientador: Mestra Jaqueline Boeno D'avila.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso Interdisciplinar em
Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas-Licenciatura,
Laranjeiras do Sul, PR, 2019.

1. Processos educativos do MST. I. D'avila, Jaqueline
Boeno, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.



RONALDO CEZAR ANTUNES

OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST E A CONTRIBUIÇÃO PARA A
FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO: A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA
NA LUTA PELA TERRA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador(a): Profa. Ma. Jaqueline Boeno D'avila

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 02/12/2019

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Jaqueline Boeno D'avila (UFFS)
Presidente / Orientador(a)

Profa. Dra. Fernanda Marcon (UFFS)
Avaliadora

Prof. Dr. Marcos Gehrke (UNICENTRO)
Avaliador

RESUMO

Analiso neste Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em educação do Campo: Ciências sociais e humanas da UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul, os processos educativos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a sua contribuição para a formação do sujeito histórico. A pesquisa foi desenvolvida no Município de Abelardo Luz, Santa Catarina e foram entrevistadas 04 pessoas vinculadas à luta pela terra e sua militância no MST. Com isso, essa pesquisa foi motivada pela necessidade de situar historicamente o MST e os seus processos educativos; compreender esses processos em sua materialidade e analisar a sua contribuição na formação da consciência do sujeito histórico. O trabalho aborda questões históricas: origens e constituição do MST em Santa Catarina; a educação do MST; e o processo de formação humana dos sujeitos. Em termos metodológicos realizamos pesquisa documental com base nos documentos do MST e pesquisa de natureza qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com integrantes desse movimento social. Na pesquisa documental encontraram-se elementos necessários para entender a origem, desenvolvimento e consolidação do MST. Com as entrevistas foi identificada a importância que o movimento tem para seus integrantes, como agente formativo, e gerador de oportunidades de amplitude social. Já os processos educativos por sua vez, caracterizam-se por ações realizadas no dia a dia do próprio movimento.

Palavras-chave: Educação no MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sujeito histórico.

ABSTRACT

I analyze in this paper the conclusion of the course of the degree in rural education: social and human sciences of the UFFS - Federal University of the Southern Frontier, the educational processes of the MST - Landless Rural Workers Movement and its contribution to the formation of the historical subject. The research was conducted in Abelardo Luz, Santa Catarina, and interviewed 04 people linked to the struggle for land and their activism in the MST. Thus, this research was motivated by the need to historically situate the MST and its educational processes; understand these processes in their materiality and analyze their contribution in shaping the consciousness of the historical subject. The paper addresses historical issues: origins and constitution of the MST in Santa Catarina; the education of the MST; and the process of human formation of the subjects. In methodological terms we conducted documentary research based on MST documents and qualitative research through semi-structured interviews with members of this social movement. In the documentary research we found necessary elements to understand the origin, development and consolidation of the MST. The interviews identified the importance that the movement has for its members, as a training agent and generator of opportunities for social breadth. The educational processes, in turn, are characterized by actions performed in the daily life of the movement itself.

Keywords: Education at MST. Landless Rural Workers Movement. Historical subject.

LISTA DE SIGLAS

CEAGRO	Centro de formação em agroecologia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ELA	Escola Latino-americana
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
IFC	Instituto Federal Catarinense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária,
PT	Partido dos Trabalhadores
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
ULTAB's	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNICEF-	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capitânicas hereditárias.....	14
Figura 2 - Mapa de Santa Catarina.....	17
Figura 3 - Plenária do IV Congresso Nacional dos Sem-Terra, Brasília, DF, agosto de 2000, com 11.200 delegados.....	20
Figura 4 - Telecentro Terra Livre, Assentamento 25 de Maio, Abelardo Luz, SC.....	22
Figura 5 - Estudantes do MST.....	23
Figura 6 - Ocupação em Campo Êre, SC, em outubro de 1987.....	25
Figura 7 - Acampamento Volta Grande em Abelardo Luz, SC 1987.....	27
Figura 8 - Sede do Assentamento 25 de Maio Abelardo Luz, SC	28
Figura 10 - Ocupação da escola Semente da Conquista, Assentamento 25 de Maio, Abelardo Luz SC, 2018.....	45
Figura 11 - Escola Paulo Freire, Assentamento José Maria Abelardo Luz SC..	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL.....	13
2.1 O SURGIMENTO DO MST.....	18
2.2 O MST EM SANTA CATARINA.....	24
3. A FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO: UM DIÁLOGO COM A REALIDADE DE VIDA.....	30
3.1 AS VOZES SOCIAIS DO SUJEITO SEM TERRA: UMA ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA E SUA RELAÇÃO COM A LUTA PELA TERRA.....	31
4 OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST	41
4.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST.....	45
4.2 O MST E A ESCOLA.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERENCIAL BIBILGRÁFICO	58

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os processos educativos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e a contribuição desses processos para a formação da consciência do sujeito histórico, dialoga no viés de entender quem são esses sujeitos e como acontecem os processos de formação de consciência. Para Caldart (2004, p. 24) “[...] os sujeitos Sem Terra são os trabalhadores e as trabalhadoras sem-terra, ao mesmo tempo que conseguir vê-los em perspectiva, quer dizer, na relação com o movimento[...]”. Para entender como os processos educativos contribuem para a formação da consciência serão estudadas questões consideradas fundamentais: a luta pela terra e os processos educativos do MST. O campo base de análise dessa pesquisa são os assentamentos localizados no município de Abelardo Luz Santa Catarina. Com isso, a intencionalidade é trazer um pequeno resgate histórico da luta pela terra no Brasil, anterior ao MST, e na sequência desenvolver um trabalho com histórico do movimento e sua relação com a formação de seus sujeitos e as contradições envolvidas no decorrer do processo. Durante muito tempo dediquei-me a militância trabalhando com atividades culturais, cursos de formação, mobilizações e ações práticas do dia a dia como trabalho coletivo dentro da organicidade do MST. Todas estas atividades desenvolvidas principalmente com jovens despertaram-me abordar esse tema, para entender na realidade como este processo se materializa.

Os objetivos principais deste trabalho foi de situar historicamente o MST e os seus processos educativos; compreender esses processos educativos em sua materialidade e analisar a contribuição desses processos na formação da consciência do sujeito histórico.

Neste contexto de lutas é apresentado o nascimento do MST, segundo Stedile e Fernandes (2012, p.17), “[...] a gênese do MST foi determinada por vários fatores. O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970[...]”. Para os autores, foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da agricultura. Analisando os cadernos de formação do MST percebe-se as prioridades bem definidas desde a fundação do movimento, as características de um movimento social autônomo de caráter político e social, que se organiza a partir da luta pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o país. Neste sentido a formação da consciência dos sujeitos Sem Terra

torna-se uma prioridade no MST, logo, nosso trabalho busca entender estes processos que vão desde a ocupação de terras improdutivas até o processo de educação escolar.

A necessidade de pensar e fazer educação está presente no MST desde as primeiras ocupações. De acordo com, Kolling, Vargas e Caldart, (2012, p.500)

a educação entrou na Agenda do MST pela infância. Antes mesmo de sua fundação ocorrida em 1984, às famílias Sem Terra, acampadas na Encruzilhada Natalino, Rio Grande do Sul (1981), perceberam a educação desde a infância como uma questão, um desafio.

Segundo os autores, o MST discute a proposta de educação voltada para os trabalhadores, perante a realidade de um país que não garante a universalização do acesso à educação básica.

Ao longo de mais de 34 anos o MST, tem trazido experiências capazes de pautar a nível nacional o sistema de educação, sempre buscando uma educação voltada para a classe trabalhadora, ou seja, para a formação dos sujeitos que integram o MST. O amadurecimento desta questão foi a consolidação da educação do campo, fruto das lutas do movimento como um todo, mas iniciada pelo setor de educação do movimento. Muitas experiências se concretizaram nas escolas itinerantes e em espaços de formação por todo o país. O movimento construiu espaços alternativos de educação e formação, onde combinam formação técnica, escolar e política, tais como: o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Centro de formação em agroecologia (CEAGRO, ESCOLA LATINO-AMERICANA) e as Escolas Itinerantes e de assentamentos entre outras.

Trabalhou-se com a hipótese que os processos educativos historicamente construídos pelo MST, contribuem para a formação da consciência do sujeito Sem Terra. Dessa forma, para a realização deste estudo utilizamos três fontes de pesquisa que permitiram desvelar os aspectos que permeiam a temática tratada ao longo desse trabalho. Em caso especial foi integrado para essa investigação a pesquisa documental. Com isso, foi analisado diversos documentos do MST, com o intuito de compreender os processos educativos do movimento e a contribuição para a formação da consciência do sujeito histórico.

Também integrado a investigação do objeto de pesquisa a realização da pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes do MST. Foram entrevistas ao todo 04 pessoas, em sua maioria são militantes do movimento que

se inseriram desde o acampamento percorrendo diversos setores do MST, desde a ocupação, o ensino básico, o ensino médio, graduação, pós-graduação e mestrado.

Para análise de nossas investigações também contamos com o levantamento bibliográfico em que buscamos apoio em diversos estudos sobre o trabalho. Para compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua origem, organicidade e objetivos, seu significado atual e as práticas educativas existentes em seu interior.

Os objetivos principais deste trabalho é situar historicamente o MST e os seus processos educativos; compreender esses processos educativos do movimento e analisar a contribuição dos processos educativos do MST na formação da consciência do sujeito histórico.

Por fim, esse trabalho organiza-se em três capítulos: o primeiro pretende situar o MST desde suas origens, compreendendo o seu sentido histórico e a relação entre a luta pela terra e os processos educativos. No segundo capítulo, procuramos analisar a educação no MST, e a pedagogia do movimento. O terceiro capítulo aborda as questões relativas à formação do sujeito histórico, através dos processos educativos do movimento.

2 A concentração da terra no Brasil

Neste primeiro capítulo é descrito as origens da concentração da terra no Brasil. Segundo Stédile (2011, p.18), desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 D.C, há registros que nosso território era habitado por populações que viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. Segundo o autor essas tribos, em 1500, já cultivavam o milho, originário de outras regiões do continente, o que comprova a existência de intercâmbio e contato entre esses povos. O modo do comunismo primitivo predominava. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo atendendo às necessidades de sobrevivência social do grupo. Com a chegada dos colonizadores europeus esse sistema foi alterado. Estima-se que havia mais de 300 grupos tribais ocupando a região, num total de aproximadamente 5 milhões de pessoas.

De acordo, com o caderno de formação “a gente cultiva a terra e ela cultiva a gente - História do MST (2015):

Ao contrário do que nos foi ensinado, existe história antes da chegada do invasor. Essa terra onde moramos e que hoje chamamos de Brasil, já foi casa de muitos povos. Esse Brasil foi antes de 1500 habitado por: Pataxós, Xavantes, Cariris, Ianomâmis, Guaranis, Carajás, Pancararus, Carijós, Tupinajes, Tupinambás e tantos outros. Viviam em pequenas comunidades autônomas, e somavam aproximadamente 5 milhões de pessoas. Tinham uma organização comunitária, produzindo para o autossustento, através da caça, da pesca, da coleta. Viviam em um modo de produção onde não existia propriedade privada da terra, o que existia era um domínio de território que cada tribo exercia (MST, 2015, p.16).

A concentração da terra passou por diversas fases desde 1500 até nossos dias, prevalecendo a cultura de muita terra em mãos de poucos e muitas pessoas sem terra. Essa prática encontra respaldo nas leis brasileiras que são formuladas e reformuladas com um único objetivo: garantir a concentração da terra. Segundo Morissawa (2001, p.58), o Brasil foi dividido em fatias, chamadas capitânicas hereditárias, e cada uma delas foi entregue como concessão a nobres portugueses, os donatários, com a condição de que explorassem e pagassem impostos à Coroa. As capitânicas eram 15 Faixas de terras que variavam de 150 a 600 Km de largura, estendendo-se do litoral ao interior até a linha imaginária de Tordesilhas. Cabia aos donatários das capitânicas distribuírem terras chamadas sesmarias aos colonos. Até o século XVIII não podiam receber sesmarias os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Assim os hereges, os índios, os

negros, os mouros e os judeus não podiam ter terras no Brasil. Assim perpetua-se a concentração da terra na mão de poucos.

Figura 1: Capitânicas hereditárias, Brasil sec. XVI



Fonte: Livro a história da luta pela terra e o MST, 2001

No Oeste de Santa Catarina, segundo Onguero; Argenta e Rocha (2015, p. 08), o processo de colonização data do início do Século XX. Com a resolução da questão de terras entre Brasil e Argentina (1895) e, depois, entre Paraná e Santa Catarina (1916), foi estimulado pelo governo catarinense a colonização das terras consideradas vazias. Para isso, foram criadas as companhias colonizadoras, a prática foi o loteamento e comercialização das terras. O foco principal das colonizadoras para a comercialização de terras eram os colonos de origem italiana, alemã e polonesa do rio grande do sul. Pequenas levas de imigrantes alemães, teuto-russos e Austríacos também foram atraídos, pelas colonizadoras.

Segundo os autores, com a promulgação da Lei de Terras (1850), muitas pessoas registraram em seu nome grandes extensões, formando assim, os chamados latifúndios. Ao mesmo tempo, um grande contingente de pequenos camponeses por falta de informação não registra a posse da propriedade onde moravam, as áreas não registradas

foram consideradas pelo governo como terras devolutas. Ao iniciar o processo de loteamento e venda das terras, as Companhias Colonizadoras se depararam com um contingente de famílias habitando o espaço que o governo catarinense considerava “terras devolutas, nesse mesmo espaço territorial havia povos indígenas, caboclos e colonos pobres. (ONGUERO; ARGENTA E ROCHA, 2015). Esses povos eram considerados pelos colonizadores “posseiros” ou “intrusos” e, na maioria dos casos, foram forçados a abandonar a área ou se integrar ao novo modelo econômico que se formava, como trabalhador diarista ou agregado.

De acordo, com Onguero; Argenta e Rocha (2015), na década de 1970, havia muitos povoados no interior de Santa Catarina. Na região Oeste, o principal centro urbano era a cidade de Chapecó, e a principal atividade econômica era a agroindústria. As desigualdades sociais resultantes do processo de colonização já eram percebidas neste período. As famílias que haviam sido expulsas das suas terras migravam, tornavam-se agregados ou trabalhadores diaristas, ou procuravam as periferias urbanas para morar, em condições precárias e espaços irregulares. Com a diminuição da mão de obra no espaço rural, ocorrida por causa da mecanização do trabalho no campo e o uso de produtos químicos, muitas pessoas ficaram desempregadas.

Com o advento da mecanização no campo, nesta mesma época pequenos agricultores acabaram endividados, ao adquirir financiamentos para comprar máquinas e equipamentos. Por conta disso, até perderam suas propriedades. As agroindústrias incentivavam os agricultores a trabalhar no “sistema integrado”, que exigia investimentos na produção e atendimento a uma série de exigências. Não dispendo de recursos para atender às exigências, muitos camponeses foram excluídos do processo produtivo.

Aliado ao processo de industrialização outros exemplos de exclusão dos produtores foi a farsa da peste suína, que consistia em abater os suínos que os agricultores possuíam, obrigando-os a adquirir matrizes de produtores credenciados pelas agroindústrias. Ainda como parte do processo de êxodo rural, outro fator determinante foi a construção de barragens do Plano Nacional de Energia Elétrica, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, onde muitos agricultores ali residentes há muitos anos foram obrigados a abandonar suas terras.

Segundo Onguero; Argenta e Rocha (2015, p.10), outros conflitos que alteraram a vida no campo, no Oeste Catarinense foram desencadeados pelo conflito entre agricultores e indígenas Kaingang na região de Nonoai Rio Grande do Sul. De acordo,

com os documentos oficiais, a demarcação da Terra Indígena de Nonoai data de 1857, e compreendia uma vasta área limitada pelos Rios Uruguai, Passo Fundo e da Várzea. Demarcações de terra foram acontecendo nesta área pertencente aos Kaingang durante vários anos, nesse processo famílias de colonos sem terras aos poucos foram ocupando essas áreas. No final da década de 1970, pelo menos três mil famílias não indígenas viviam na Terra Indígena de Nonoai. Parte da população Kaingang migrou para o Oeste catarinense. No entanto, a pressão por soluções efetivas quanto à propriedade da terra vinha crescendo cada vez mais, tanto entre os colonos quanto entre os povos indígenas.

Com o ressurgimento de lutas populares, reorganização de movimentos de reivindicação de direitos – sufocados pelo governo ditatorial – e retomada da questão agrária, no final da década de 1970, o povo Kaingang no Sul do país reivindica seus direitos, entre eles, o grupo da região de Nonoai Rio grande do Sul. Surge nesta época o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à igreja católica, e em 1975, o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que procurava colaborar na luta por direitos e reforma agrária no campo. (ONGUERO; ARGENTA E ROCHA, 2015) Em 1978, o povo Kaingang da Terra Indígena de Nonoai retoma seu território, com isso as três mil famílias expropriadas da Terra Indígena ficaram sem a terra, aumentando o conflito no campo. As organizações que surgiram em torno da luta pela terra intensificaram suas atuações através da Comissão Pastoral da terra e dos sindicatos rurais, organizando o povo a fim de reivindicar um programa de reforma agrária capaz de ocupar áreas improdutivas na região.

Na imagem seguinte podemos identificar que a luta pela terra se iniciou em Santa Catarina pela região do extremo Oeste, mais especificamente em Campo Erê. Após a primeira ocupação o MST centralizou maior número de ocupações na região Oeste. Em maio de 1985 houve no Município de Abelardo Luz uma grande ocupação com mais de 1500 Famílias.

Figura 2: Mapa de Santa Catarina



Fonte Livro a história da luta pela terra e o MST, 2001

No decorrer da história focos de resistência individual e coletiva aconteceram e acontecem hoje, como forma de luta pelo direito à terra e a vida. Neste viés apresenta o caderno PRA SOLETRAR A LIBERDADE N° 2, que historicamente houve resistência dos povos indígenas, os quilombos, Canudos, Contestado, Cangaço, Caldeirão, as revoltas de Porecatu, Formoso, Dona Nhoca, Sudoeste do Paraná, até as organizações das Ligas Camponesas, das ULTAB's, do MASTER, essas organizações foram reprimidas pela ditadura militar. Mesmo sendo um período menos intenso tais organizações contribuíram em muito para despertar o olhar para essa grande massa de trabalhadores excluídos pelo sistema. Dessa forma,

Há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma atrás à outra, ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo (Fernandes, 2000, p.25)

Como consequência deste sistema como descreve Pereira (2012, p. 685), houve a

expulsão de grande massa de trabalhadores do campo nas décadas de 1950 a 1980, intensificada pela modernização da agricultura, chamada “revolução verde”. Na verdade, representou a destruição do meio ambiente e do espaço geográfico com a famosa mecanização, uso de insumos e agrotóxicos. Esse processo combinado com o desenvolvimento de indústrias nas cidades causou os desenraizamentos dos camponeses do campo. O famoso êxodo rural representou muito mais que isso, representou a destruição da cultura, do modo de vida e do laço de pertença ao cuidado com a terra, o trabalho coletivo e a solidariedade existente entre esses povos. Povos camponeses que mesmo com tantas adversidades, preservavam os valores humanos de solidariedade e cooperação. Dados do IBGE de 2014, apontam que apenas 14,57% da população brasileira vivem atualmente no campo. Assim como destaca Pereira (2012, p.686)

Os sistemas diversificados rotacionais foram substituídos por sistemas especializados em monoculturas, baseados no pacote tecnológico da Revolução Verde, em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores à combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico-científico, nas grandes extensões de terra (latifúndios) e na irrigação. Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural.

Assim, a concentração da terra no Brasil, configura-se pela dualidade: introdução de um novo sistema agrícola; exclusão dos camponeses. Consolidado por um modelo agrícola baseado em tecnologias fora do alcance econômico e cultural do camponês, resultando em transformação das relações sociais entre agricultura camponesa e agronegócio, forçando assim a migração dos camponeses para as cidades.

2.1 O SURGIMENTO DO MST

O surgimento do MST para Stedile e Fernandes (2012, p.21), foi determinado por vários fatores. O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Para os autores outro fator importante para o surgimento do MST foi o fator ideológico protagonizado pelo trabalho pastoral principalmente realizado pela Igreja Católica e a Igreja Luterana. A CPT- Comissão

Pastoral da Terra, foi o impulso para a retomada da luta pela terra no Brasil. Através da CPT foi possível trabalhar a ideologia da teoria da libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses no prisma ideológico. Outro fator importante foi a situação política em um contexto histórico importantíssimo para a redemocratização que foi a ditadura militar. As greves operárias, a campanha pela anistia, os novos movimentos sociais urbanos, as diretas já, as comunidades eclesiais de base, foram os primórdios da organização de camponeses e Sem Terra no início da década de 1970.

Os sujeitos do processo de origem do MST foram os posseiros, trabalhadores atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, camponeses. Todos os segmentos trabalhadores e trabalhadoras sem direito nem mesmo de produzir seu próprio alimento, muito menos acesso à terra.

[...] a semente do MST foi plantada em setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da fazenda Macáli, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Muitas outras lutas nesse estado e em todo o país foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária. O espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura o Movimento não teria nascido ou talvez demoraria ainda muito tempo para surgir. (MORISSAWA, 2001, p.123)

Segundo Fernandes (2012, p. 496), em seu surgimento o MST integrou as diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra. As lideranças desta época também tiveram sua contribuição importantíssima na luta e conquista da terra. A luta pela terra desencadeou em um movimento maior, que foi a luta pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

Em 1984, ocorreu a fundação do MST, com base em características de ser um movimento social autônomo, de caráter político e social, que se organiza a partir da luta pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o país. Assim, como destaca Fernandes;

O MST está organizado em 24 Estados das 27 unidades federativas, seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22

de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Nas décadas de 1980 e 1990, o MST se territorializou por todas as regiões brasileiras, conquistando milhares de assentamentos rurais. Esse processo representou o renascimento dos movimentos camponeses no Brasil, posto que, no período entre 1964 e 1985, a ditadura militar havia reprimido e aniquilado quase todos (FERNANDES, 2012, p.496- 497).

O avanço da organização possibilitou uma interação maior com a classe trabalhadora camponesa, resultando na criação de um movimento sólido em quase todos os estados brasileiros. Segundo dados retirados da página do MST na Internet a instância máxima de discussão, debates para traçar os rumos da organização sempre foram os congressos nacionais, desde 1985 foram realizados 06 congressos, sempre pautando as condições históricas sociais e políticas de cada período.

Figura 3: Plenária do IV Congresso Nacional dos Sem-Terra, Brasília, DF, agosto de 2000, com 11.200 delegados.



Fonte: Livro a história da luta pela terra e o MST, 2001

Segundo Morisawa (2001, p.141), o I congresso nacional foi realizado em janeiro de 1985, em Curitiba (PR), com 1600 delegados, neste congresso chegou-se à conclusão

que a luta só avançaria com a intensificação das ocupações e a luta de massas. Deste congresso saiu a bandeira de luta: “ocupação e a única solução”, com o lema: Terra para quem nela trabalha. Este congresso consolidou o MST como organização social.

O II congresso realizado pelo MST foi em abril de 1990 com o lema “Ocupar, resistir e produzir” o cenário político era desfavorável para os Sem Terra, este lema surgiu ainda na época do governo Sarney, portanto, esse lema significa ocupar a terra resistir à pressão política e militar e também produzir alimentos dentro das áreas ocupadas. (PRA SOLETRAR A LIBERDADE NUMERO 02, 2001 p. 26).

O III congresso foi realizado em Brasília em julho de 1995 com o lema “Reforma agraria uma luta de todos” segundo o Caderno de Formação n 02 (2001,p.30) o sentido deste lema era conscientizar a sociedade da importância da reforma agraria, não só para os camponeses, mas, para toda a sociedade pela importância da produção de alimentos e preservação da natureza.

No ano 2000 foi realizado o IV Congresso Nacional do MST, em que mais de 11 mil pessoas vindas do Brasil e de todo o mundo se reuniram em Brasília no mês de agosto. Neste congresso foi elaborado a palavra de ordem “Reforma agraria. Por um Brasil sem latifúndio”, os Sem Terra resumiam a conjuntura agraria daquele momento. (MORISAWA 2000, p. 165).

O V congresso realizado pelo MST foi realizado em Brasília (DF) no mês de junho de 2007. elaborou-se um novo lema “reforma agraria, por justiça social e soberania nacional” defendendo a soberania alimentar e o direito de os trabalhadores produzirem sua própria comida.

O VI congresso nacional do MST foi realizado em Brasília (DF), no ano de 2014, num período em que a reforma agraria precisava ser pautada amplamente. O objetivo dos trabalhadores era a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, o lema trabalhado foi “Lutar, construir Reforma Agraria Popular”. (JORNAL SEM TERRA 2014, p. 5)

Ainda, no campo das lutas o MST sofreu muita violência por parte dos fazendeiros, do governo e da polícia com sua força repressora. Um dos atos mais violentos sofrido foi o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará em 1996. Outra ação importante do MST, foi a participação na fundação da via campesina onde o lema foi “Globalizamos a luta, Globalizemos a esperança”.

O MST completou em 2019, 34 anos de lutas e conquistas, uma trajetória em

busca da reforma agrária. Assim, para o MST a conquista da terra por extensão significa a conquista de muitos outros benefícios fundamentais para um ser humano como casa, energia elétrica, escolas, cooperativas, associações e grandes produções de alimentos. Novas formas de vida se realizam a partir da conquista da terra, como cooperação, cultura, educação, e formação de uma nova identidade individual e social entendida como Sem Terra. A luta do MST significa muito mais que a luta pela terra, significa também a formação através da luta de homens e mulheres que reconquistaram a própria cidadania como sujeitos de sua história, caminho essencial para construir os meios a emancipação humana.

As conquistas coletivas dos Sem Terra representam avanço na construção do projeto do MST. Na imagem seguinte está o telecentro digital onde funciona Rádio comunitária e atividades culturais.

Figura 4: Telecentro terra Livre, Assentamento 25 de Maio, Abelardo Luz, SC.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015

Segundo a matéria publicada no site do MST na Internet, uma grande conquista da luta pela reforma agrária em torno da educação são as escolas públicas no campo. Hoje, nas comunidades rurais organizadas pelo movimento, existem cerca de 120

escolas de ensino médio, 200 escolas de ensino fundamental completo e mais de 1 mil escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, espalhadas em 24 estados. Outra conquista importante é o número de crianças, jovens e adultos que estudam nessas escolas. No total, cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos estão cadastradas hoje nestas escolas. Além disso, as estruturas escolares geram renda complementar às famílias que vivem onde as escolas estão instaladas, a partir da contratação de educadores, merendeiras, secretários etc. (...) atualmente, cerca de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras ligados à educação atuam nas escolas dos assentamentos e acampamentos.

A relação educação e realidade está presente nas atividades educativas do MST. Na imagem seguinte, educandos adquirem conhecimento através de atividades lúdicas que representam a construção de suas próprias moradias.

Figura 5: Estudantes do MST.



Fonte: Página do MST na internet, foto de Leonardo Milano, 2019.

O movimento Sem Terra surge inicialmente com o objetivo principal de lutar pela terra, mas, a necessidade de ampliar horizontes é que fez com que se tomasse uma dimensão maior. Com milhares de famílias inteiras vivendo em acampamentos em precárias situações, sentiu-se a necessidade de avançar mais, ou seja, entender que o

não acesso à terra também significava o não acesso a vida com dignidade. Graças a este horizonte foi que o MST conseguiu evoluir na questão das lutas, que ao longo do tempo se transformaram em conquistas. Todas estas lutas trouxeram crescimento social e político aos integrantes do movimento.

2. 2 O MST EM SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina, segundo Morissawa (2001, p.129), em meados dos anos 70, acompanhando os objetivos do governo em relação a questão agrária, os camponeses começaram a se organizar. Uma das questões mais relevantes foi a farsa da “peste suína Africana” que surgiu de uma articulação para obrigar os agricultores a adquirir uma nova linhagem de suínos vindo do Canadá, e forçá-los a vender os seus aos frigoríficos por 25% do valor de mercado. Esse processo levou muitos agricultores à falência, na maioria das propriedades todo o rebanho de suínos era sacrificado deixando o produtor em condições muito precárias. O impulso bastante grande para a organização do MST em Santa Catarina foi a igreja católica através da CPT - Comissão Pastoral da Terra, também com o apoio da igreja luterana. De acordo, com Morissawa isso aconteceu em:

Em maio de 1980, trabalhadores rurais sem terra da região de Campo Erê haviam sido informados por técnicos do INCRA de que uma fazenda da região seria desapropriada. Ficaram aguardando o decreto da desapropriação e, assim que ele saiu, cinco trabalhadores de uma mesma família ocuparam por engano uma área de um latifúndio chamado Burro Branco. Souberam disso duas semanas depois, mas decidiram permanecer já que se tratava de um latifúndio improdutivo. Tiveram de enfrentar os jagunços da fazenda, a polícia e o exército, mas acabaram atraindo cerca de 350 famílias de toda a região. O pároco de Campo Ere informou o Bispo Dom José Gomes sobre a situação, e a CPT passou a contribuir para organizar as famílias. A diocese de Chapecó e a igreja Luterana também apoiaram coletando alimentos nas paróquias assessorando-os juridicamente e acompanhando-os nas negociações com o governo. O latifundiário entrou na justiça com o pedido de reintegração de posse e foi atendido. Os advogados da CPT tentaram adiar o despejo e pressionaram o governo federal para desapropriar a área. As negociações e a firme determinação dos acampados em permanecer na fazenda levaram a que, em 23 de novembro de 1980 o presidente da república desapropriasse a fazenda Burro Branco. Foi a primeira ocupação de terra do oeste catarinense e a semente do MST em Santa Catarina[...]. (MORISSAWA, 2001, p.129-130).

Percebe-se que desde o início do MST as ocupações de terra demandam de organização e ação coletiva. O enfrentamento, os conflitos, os despejos, entre outras inúmeras dificuldades forjam seus militantes traduzindo em experiências e consciência enquanto classe ou sujeito social. A união de todos se torna necessária para vencer estas

dificuldades e conquistar a terra. Na imagem abaixo percebemos a ação coletiva de um grupo de pessoas em uma ocupação.

Figura 6: Ocupação em Campo Erê, SC, em outubro de 1987.



Fonte: Livro a história da luta pela terra e o MST, 2001

O primeiro encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como destaca Morisawa (2001, p.138), aconteceu em 1984, em Cascavel, no Paraná. Este encontro representou a fundação e organização de um movimento de camponeses sem terra a nível nacional, cujas lutas principais seriam pela posse da terra e pela Reforma Agrária. Para isso, a forma mais eficiente seria pressionar o governo a fazer reforma agrária ocupando latifúndios. Assim, a organização do MST no Estado de Santa Catarina já era uma realidade baseada no apoio das organizações vinculadas a igreja: CPT; pastoral da juventude e sindicatos. Outro fator importante a ser considerado era já ter uma conquista dos camponeses no estado que era a fazenda Burro Branco em Campo Erê. Neste contexto foi possível organizar muitos camponeses para a luta prática que se materializou nas grandes ocupações ocorridas em 1985. O dia 25 de maio de 1985, é o marco da luta pela terra no Estado porque foi nesse dia que aconteceram as grandes ocupações. Com isso,

Após o 1º congresso nacional dos sem-terra, o MST Catarinense iniciou uma série de ocupações no estado, envolvendo aproximadamente 5 mil famílias. Só no dia 25 de maio de 1985, numa articulação simultânea, 1.659 famílias ocuparam áreas em Quilombo, Abelardo Luz, Mondai, Descanso, Romelândia, São Miguel do Oeste e Maravilha (MORISSAWA, 2001, p.175).

Deste processo de ocupações foi então que a questão agrária tomou visibilidade. Foram realizadas diversas negociações com o governo do estado, no intuito de resolver esse impasse e buscar a desapropriação das áreas de terra improdutivas que estavam ocupadas. Porém as ações de resistência continuaram como forma de pressão para o aceleração do processo. Afloraram-se as contradições e os conflitos no campo político e ideológico neste período, enquanto os Sem Terra se organizavam para as ocupações dos latifúndios, os fazendeiros também criavam seus mecanismos de defesa, muitas vezes em acordo com o poder do estado.

Governo e MST fizeram então um tipo de acordo muito comum entre ambos. Os acampados deixariam as áreas ocupadas, o governo providenciaria outras com infraestrutura na região, o INCRA faria os processos de desapropriação e assentamento das famílias em 120 dias e o MST não faria ocupações neste período. Enquanto isso, fechados a qualquer negociação, os latifundiários organizaram a UDR local. Isso significava que neles não abriam mão de nada e se uniam politicamente contra a reforma agrária. Venceu o prazo e o acordo não foi cumprido, certamente o governo estava testando a força de resistência dos Sem Terra, que responderam, ocupando a sede do INCRA. Esse ato resultou na desapropriação de 11 fazendas, onde foram assentadas 1,300 daquelas famílias e outras que já estavam em assentamentos provisórios. Mesmo não conseguindo o cumprimento integral do acordo feito, o MST saiu fortalecido do episódio e pronto para continuar na luta. Seguindo a deliberação do 2º encontro estadual, em abril de 1986, os Sem Terra catarinenses acamparam no centro de Florianópolis, para exigir o cumprimento integral do acordo. Três outras fazendas foram desapropriadas em junho, nas regiões oeste e norte, para assentar o restante das famílias envolvidas no acordo. O processo de ocupações continuou a partir de outubro de 1987: Campo Ere, Irani, Campo Alegre, Ibirama, Palma Sola e Garuva. Com todas as consequências típicas, o processo resultou na conquista de diversos assentamentos entre o final de 1989 e o início de 1990. O ano de 1990 foi farto em lutas dos SemTerra catarinenses: ocupação das fazendas Santa Rosa em Abelardo Luz; Frigonese em Palma Sola; Caldato, em Chapecó; Despraiado e Ronda, em Curitibanos ; ocupação do Incra, em Florianópolis, exigindo audiência com o governador, para reivindicar alimentos, escolas, estradas; ocupação da prefeitura de Abelardo Luz, para pressionar por energia elétrica, estradas, escolas, sementes. Em dezembro, o MST conquistou a emissão de posse das fazendas Iguai, em Ponte Serrada, e Canhada Funda em Fraiburgo. (MORISSAWA, 2001, p.175).

Verifica-se que a base da luta do MST sempre foi as ocupações de terras improdutivas, como forma de pressão para a realização da reforma agrária. Esta prática utilizada desde o princípio do movimento é uma das atividades de maior relevância organizativa. Para os Sem Terra o acampamento constitui-se em um espaço coletivo de

vivência, onde a organicidade torna-se responsabilidade de todos os integrantes do acampamento. Na imagem abaixo podemos identificar um acampamento do MST já constituído e seus integrantes participando de uma reunião.

Figura 7: Acampamento Volta Grande em Abelardo Luz, SC 1987



Fonte: Cartilha OCUPAR, RESISTIR, PRODUIR, 2015.

As lutas continuaram e expandiram-se pelo estado crescendo também as contradições, pela qual surge a necessidade de se pautar a questão agrária perante a sociedade. Novas formas de lutas foram sendo implementadas, assim seguindo entre períodos de crescimento e períodos de descenso das conquistas.

Até 1990, o MST de Santa Catarina havia se expandido por três regiões do estado e conquistado 50 Assentamentos para 2,031 famílias. Nos anos Collor, de intensa repressão, o Movimento dedicou-se mais as negociações, a organização interna e as ações pelo desenvolvimento dos assentamentos. A década de 1990 foi plena de lutas em Santa Catarina, começando com a conquista de terras para 350 famílias, em 1991, em Fraiburgo e no Projeto Contestado. Ainda nesse ano, o MST promoveu atos em vários pontos do estado. Uma caminhada, de curitibanos a Florianópolis, iniciada com 100 pessoas, recebeu apoio popular no trajeto e chegou a capital com 7 mil. Outras três manifestações foram realizadas ao mesmo tempo em Rio do Sul, Blumenau, e Itajaí. Outros Assentamentos foram

conquistados entre 1992 e 1994, em Joaçaba, Matos Costa e Abelardo Luz. As lutas prosseguiram em Santa Catarina, em suas diversas formas, por todo o decurso da década, com diversas conquistas. Catanduvas, passos Maia, Fraiburgo, Mafra, Abelardo Luz e Joinville foram novos focos de ocupações (MORISSAWA, 2001, p.176).

O campo de pesquisa do referente trabalho localiza-se no município de Abelardo Luz Santa Catarina, especificamente nos assentamentos da Reforma Agrária. A área territorial dos assentamentos de Abelardo Luz é de aproximadamente 16.000 hectares, onde residem aproximadamente 1.520 famílias assentadas. O processo histórico dos assentamentos e da luta pela terra no município inicia-se em 1985, quando da primeira grande ocupação de terra em Santa Catarina, culminando com o início do MST no estado. Atualmente, são 23 assentamentos instituídos a partir das primeiras ocupações de terra.

Figura 8: Sede do Assentamento 25 de Maio Abelardo Luz, SC



Fonte: Site: www.guiatemabelardoluz.com.br, 2015.

Podemos destacar os principais aspectos que envolvem o contexto social e econômico dos assentamentos. Durante a trajetória histórica foram desenvolvendo-se as relações sociais bem como a construção dos espaços de produção, de educação e

cultura. Hoje existem dois polos de convívio coletivo, ou seja, espaços físicos caracterizados pelas comunidades do Assentamentos 25 de Maio e José Maria. Na área da educação são duas escolas de ensino fundamental, duas escolas de ensino médio, e uma unidade do Instituto Federal Catarinense - IFC de ensino técnico e superior. Na área de produção destaca-se a produção leiteira, milho e soja.

O desenvolvimento do nosso trabalho até aqui baseou-se em questões históricas da luta pela terra e o MST. Abordamos o tema da concentração da terra no Brasil, o surgimento do MST e a criação do MST em Santa Catarina. A sequência do trabalho objetiva construir um diálogo através de entrevistas, com os próprios sujeitos históricos do MST, que são os seus militantes.

3. A FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO: UM DIÁLOGO COM A REALIDADE DE VIDA

Para entender o processo de formação da consciência do sujeito Sem Terra optou-se pela sistematização de depoimentos realizados com diferentes sujeitos que participaram ativamente do processo de luta pela terra em Santa Catarina e, mais especificamente da conquista do Assentamento 25 de Maio, no município de Abelardo Luz.

A metodologia foi aplicada através de entrevistas semiestruturadas orientadas por um questionário, com o objetivo de provocar reflexões e relatos da luta diária de um Sem Terra; sua trajetória de vida; sua formação enquanto sujeito pertencente a uma organização social, no caso específico o MST. Dentre os sujeitos participantes foram entrevistadas quatro pessoas, todas as pessoas têm algum grau de relação com as atividades do movimento social.

O questionário aplicado nas entrevistas foi estruturado com as seguintes questões: como chegou ao MST? participou do acampamento? ou se inseriu depois? qual sua atuação no MST? quais os processos educativos que você já participou no MST? formal ou informal? de que forma estes processos educativos contribuíram para a sua compreensão da realidade? sociedade? Luta de classes? sua formação e consciência social contribuiu para garantir seus meios de sobrevivência, trabalho, cooperação, sustentabilidade? como você avalia a contribuição dos processos educativos na atualidade? é válida para uma ação transformadora? de que forma consegue agregar?

Pode-se analisar que a aplicação do questionário foi bem sucedida porque consegue-se dialogar com a realidade e a vida dos entrevistados, alguns momentos foram de lembranças, outros causaram emoções e outros momentos provocaram sentimento de revolta e indignação.

Acredita-se, assim que as reflexões acerca deste processo de entrevistas foram extremamente importantes e contribuíram enormemente para a problemática investigada. Evidentemente quando se estuda a formação da consciência é preciso entender o processo como um todo, ou seja, as relações sociais existentes entre os homens e a natureza, para Marx e Engels (2009), o trabalho é ele a única categoria que faz a mediação entre os homens e a natureza. Todo o processo histórico se desenvolve a partir desse fundamento. Assim, os sujeitos Sem Terra vão se construindo enquanto ser social na busca de um pedaço de terra para poder trabalhar, e nessa busca se constroem enquanto sujeitos históricos.

3.1 AS VOZES SOCIAIS DO SUJEITO SEM TERRA: UMA ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA E SUA RELAÇÃO COM A LUTA PELA TERRA.

Destacamos aqui as entrevistas realizadas com integrantes do MST que fazem parte do movimento. Alguns dos entrevistados acompanham a luta pela terra desde a infância, outros porém, integraram-se no movimento no decorrer da história. As entrevistas foram gravadas e após transcritas, optamos por manter a linguagem original de cada entrevistado, respeitando a forma de linguagem de cada um. Assim, transcrevemos as entrevistas originalmente como os entrevistados fizeram seus depoimentos.

Nessa perspectiva, o entrevistado 1 reside no assentamento 25 de Maio. Na entrevista ele comentou sobre sua história de vida antes e depois do assentamento. Para o entrevistado, depois de conhecer os assentamentos sua vida e de sua família mudou consideravelmente, como podemos perceber em sua fala:

(...) Eu morava na Vila Milane, assim começou: primeiramente eu arrumava terra pra prantá com um e com outro, de repente não me davam mais terra, só aquelas terra muito difícil, eu comecei a trabalhar de pião por lá, daí a coisa começou cada vez compricá mais né?, daí eu vim trabaia aqui nos assentamentos, mas não sabia onde que eu tava. Eu vim com um camarada de lá trabalhar, tirá umas lenhas aí, e aí eu comecei conversar com o camarada aí ele me contou. por que que eu não vinha morá nos assentamentos? aí eu comecei a observá o que ele dizia para mim, foi até que eu resolvi de vim ver. Aí vim vê isso aqui. (...) Nós comecemos trabaia aqui eu e minha companheira, fumo trabaio, fumo ajeitando. Hoje graças a Deus nós temos um vidão aqui dentro do assentamento. Eu acho assim, o que eu vejo um lugá melhor da gente sobreviver aqui dentro do assentamento, lugar para pobre é aqui dentro, que aqui um dá valor pro outro vê?¹ (ENTREVISTADO 1, 2019).

Ainda, o entrevistado aponta que ao ingressar no assentamento desconhecia a organização do MST. Segundo o mesmo, somente a partir da sua inserção nas atividades práticas do movimento foi que a sua consciência foi aos poucos despertando para a importância da luta pela terra e sua identidade, enquanto trabalho do campo vinculado ao movimento social:

[...] fazia um sete oito mês que eu tava aqui, se ajeitô pra ir pra Brasília, me convidaram, eu fui junto e lá pra fazê uma experiência, pra vê oque que vinha se o movimento Sem Terra, como é que o pessoal trabaioava. Daí lá eu participei, fiquei oito dez dias lá o quê eles fazia eu sempre tava junto. Eu fui observá e achei a coisa mais interessante e aí eu comecei a notar que eles estavam dando trabaio deles e valorizando o cara pobre, tentando a melhorar a vida dos pobres, arrumá

¹ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

um pedacinho de terra pra pessoa sobrevive. E daí daquele dia em diante, eu vortei e a minha família também me acompanhou e hoje nois sempre graças a Deus, o Movimento Sem Terra é uma das coisas mais interessantes. Você sabe muito bem que se não fosse tê esse Movimento Sem Terra, não tivesse valor, não era do Brasil inteiro [...]² (ENTREVISTADO 1, 2019).

Na compreensão do entrevistado, a importância do MST na conquista da terra abrange uma luta bem maior, ou seja, a conquista apenas da terra não basta, sendo necessário continuar a luta por condições melhores de vida. Em suas palavras destaca que o espaço do assentamento precisa desenvolver-se buscando acesso à educação, a produção, a saúde entre outras tantas necessidades que os seres humanos necessitam segundo o entrevistado:

(...) toda pessoa que entende o que que vem a ser o pessoal do MST, a inteligência dele, o trabalho dele, tem o maior respeito por ele, sabe? o que não respeita o movimento Sem Terra, as pessoas do Movimento Sem Terra, você sabe mais ou menos quem é? Tipo de pessoa que é? pessoa ignorante, pessoa que não dá valor pra pobre, pessoas mais ou menos assim né? o Movimento Sem Terra, o trabáio, a aula, o estudo que eles botam na cabeça da gente é essa linha aí, sabe? Tentá melhorá a vida do pobre, hoje a escola do campo né? A educação do campo! então você veja bem, o quê que dizê isso aí? é tentá segurá as pessoas no campo, a maioria das pessoa hoje, qué i pra cidade e a cidade é a pior coisa que tem né? No interior é muito melhor né? você produz! Que nem eu, uma comparação, eu era um consumidor, hoje aqui eu sô um produtor!³ (ENTREVISTADO 1, 2019).

Um dos passos importantes depois da conquista da terra segundo o próprio entrevistado é a produção de alimentos, buscando garantir a sobrevivência e a prosperidade das famílias assentadas. No desenvolvimento deste processo de produção os ensinamentos adquiridos através das práticas de produção, da assistência técnica e da cooperação, contribuem enormemente para a fixação do Sem Terra no assentamento, como podemos perceber abaixo:

Minha sobrevivência que aconteceu com minha famia, (...) quanto mais eu conversava com os pessoal do MST (...) me dava mais força, mais esperança eu vinha para casa cheio de vontade de fazer mais ou menos como ele me dizia, por ali, por aqui, por lá né? E daí pra nois começá produzir coisa de alimentos(...) milho, feijão, arroz e coisa mais ou menos assim. E fumo crescendo na vida! hoje por exemplo(...) temo o alimento graças a Deus, sempre sobra para a gente tá vendendo e vivendo disso aí, então nossa vida foi assim aqui dentro e cada vez, cada dia que passa tá melhor.⁴ (ENTREVISTADO 1, 2019).

² Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

³ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

⁴ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

De acordo, com o entrevistado, nem todas as pessoas envolvidas no processo da luta pela terra desenvolvem a consciência de sujeitos históricos, ou seja, mesmo passando pela trajetória de aprendizagem através da luta, não se reconhecem como parte da organização do MST. Para o mesmo este é um ponto negativo vivenciado dentro dos assentamentos:

(...) hoje eu enxergo assim por exemplo muitas pessoas que a gente conhece né? que por exemplo devia de ser que nem eu, dá apoio, aprender que nem muitas pessoas não é só eu que aprenderam com o movimento sem terra, hoje eles não. Eles não querem nem saber mais de participa do movimento sem terra, do MST. Eu acho o maior erro das pessoa fazer isso aí né? é uma falta de consideração, porque eu tenho consideração por esse pessoal do MST, considero a pessoa porque eu entendi e vi que eles tão certo, o trabalho dele é certo. Segui essa linha aí e a minha família também⁵(...) (ENTREVISTADO 1, 2019).

O entrevistado 1 ao finalizar sua entrevista reforça a importância do MST, relacionando as conquistas obtidas através da organização que para ele representa um motivo de felicidade:

(...) depois que eu moro aqui essa temporada, quantos pessoa se formou? Aluno, pessoas que não eram nada hoje um é professor, outro é diretor de colégio, outro vereador! Tudo, veja a importância que tem né? o nosso, o respeito que a gente se sente, a gente se sente muito feliz com isso (...) com tudo cada dia tá melhorando mais⁶ (ENTREVISTADO 1, 2019).

Desta forma, foi possível perceber pela entrevista que o processo educativo, pelo qual passou ao ingressar no MST, proporcionou a ele e sua família a construção de uma nova mentalidade, isto é, o reconhecimento da identidade de trabalhador frente a luta de classes e a importância da organização dos Sem Terra em movimento.

Em relação, as histórias de vida, também apresentamos a posição do entrevistado 2 que comentou em sua entrevista a sua trajetória de vida que praticamente se desenvolveu dentro da organização do MST, como podemos ver:

Eu sou nascido na comunidade Campo Grande no ano de 1981. (...) meu pai veio para a primeira ocupação que teve aqui em Abelardo, no dia 25 de maio de 1985 na serra da ponte ali no Papuã. No início, nós não viemos junto na ocupação, a gente veio trinta a quarenta dias depois.⁷ (ENTREVISTADO 2, 2019).

Ainda, o entrevistado 2 relatou como ocorreu sua inserção no MST, que segundo ele iniciou muito cedo:

⁵ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

⁶ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

⁷ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

Eu comecei a atuar na rádio comunitária Terra Livre e participar da militância. Já ir pras mobilizações passando em INCRA, marchas que tinha fechamento de trevo, mobilização em frente ao Fórum de Abelardo, já começava já engatinha. Teve um período também que eu fiquei acampado na Disenha, mesmo não tenho idade. (...) convidado, para ir fazer o curso técnico do magistério em Veranópolis pelo movimento (...) participei da marcha nacional da consulta popular que envolvia todos os movimentos sociais do campo: MST, MAB, movimento dos pequenos agricultores, FETRAF. Do Rio de Janeiro a Brasília, chegamos em Brasília e tal. (...) Foram setenta e quatro dias de intensa formação política né? e de vivencia.(...) Depois de formado no magistério eu continuei atuando movimento, na coordenação da brigada, aqui na regional eu fazia parte do setor de educação, neste período de magistério eu fiz parte do PRONERA, (...) eu fui convidado em 2004, para fazer, ser secretário da escola da 25 de Maio, (...) Em 2005 eu assumi também a direção da Escola José Maria: 2005, 2006 e metade de 2007. (...) Depois a gente, eu e a Fernanda, a gente veio morar no lote. Aqui começamos a organizar a casa, não tinha a questão dos açudes, das cercas que tamo até hoje tentando fazer isso né? Devagarinho, porque no lote todo dia tem serviço para fazer. E em 2010 eu fui convidado para assumir a secretaria municipal de assistência social, também fui presidente do PT por dois mandatos, também tive esta atuação política aqui. Em 2010 eu assumi a Secretaria de Assistência Social e permaneci lá por 5 anos, mais ou menos. Na última eleição eu fui candidato a vereador pelo PT, acabei me elegendo o quinto mais votado no município, e aí também fui candidato a Prefeito numa eleição suplementar aqui em Abelardo, não teve êxito ficamos em terceiro colocado com 1855 votos e hoje continuo na direção do movimento. Também a dois anos já na direção estadual do MST. Contribuindo ainda na executiva do PT e no mandato de vereador.⁸ (ENTREVISTADO 2, 2019).

De acordo com o mesmo, as atividades desenvolvidas no movimento, as conquistas individuais e coletivas influenciaram em sua formação. O entrevistado 2 destaca que muitas outras pessoas puderam crescer também, enquanto ser humano:

Acho que Primeiro se tu tá inserido num meio ele te forma né? por exemplo o movimento, o MST. De por si só, só pelo fato de existir ele já é educativo, (...), pelas conquistas que se teve eu acho que isso, ele também forma muito as pessoas né? (...), as pessoas que conquistaram a terra, conquistaram casa, moradia, educação, são muito gratas ao movimento. (...) as produções que o movimento tem do ponto de vista intelectual, os livros, material didático, as escolas, as experiências de produção agrícola, as lutas que o movimento faz não só pela terra, mas, pela reforma agrária, pelo crédito. A reforma agraria abrange o crédito da educação, saúde, toda a melhora de vida das pessoas. A solidariedade que o movimento consegue cultivar né? como um dos valores né? de ajudar os outros movimentos, ajudar os movimentos da cidade, a produção de comida né? Toda essa discussão de produzi comida boa, comida de qualidade. Hoje também nos assentamentos não tem só as pessoas no lote, tem as pessoas no lote, mas tem o posto de saúde, tem escola, tem Faculdade. Aqui tem o Instituto federal, aqui tem filho de assentado que se formou veterinário, um se formou médico, professor, advogado. (...) Então o movimento te forma nisso né? te abre o mundo pra tu ter essa percepção né? de que tu não conquista nada se não estiver lutando né? tu não conquista nada individual, tem que ser coletivamente, as lutas tem que ser feitas coletivamente, que vale a pena lutar porque deu o resultado eu acho também isso é formativo. Porque luta, luta e luta e tu não vê resultado, chega no

⁸ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

momento que isso cansa né? mas a gente na luta na terra, na luta do movimento tem resultado, tem as conquistas que foram feitas né? que foram conquistados e muitas outras. Acho que as percas educam muito a gente também né? os companheiros nossos que morreram, cultivar essa mística né? valor da vida, também cuidado com as crianças, com as pessoas, com a natureza. Então eu aprendi tudo isso que eu tô falando agora, pouco que eu consigo fazer como um ser humano, um ser humano em pouquinho melhor agora, eu acho que eu devo isso ao movimento. A grande escola minha é o movimento Sem Terra.⁹ (ENTREVISTADO 1, 2019).

Por essas palavras que podemos destacar o grande princípio educativo do MST, formar sujeitos com consciência do seu papel e lugar no grande. A luta pela terra, acaba também de certa forma se traduzindo em um grande aprendizado, como apresentou o entrevistado "a grande escola minha é o Movimento Sem Terra" (ENTREVISTADO 2, 2019). Isso se deve a importância que o movimento social desempenha na vida de milhares de pessoas, despertar a possibilidade e esperança de construir um mundo mais justo e mais humano. Nesse caminho, o entrevistado ainda comenta sobre a importância das conquistas obtidas pelo MST, para a produção da vida, da sustentabilidade e da visão de mundo:

Primeiro que a terra é um o lugar de produzir né? (...) então primeiro a terra né? daí a partir dali tu tem tipo, nós temos aqui em casa temos açude, temos umas cabecinhas de gado, (...), planta um pouquinho, cria uns bichinho e tal. (...) a formação intelectual também né? (...) se não fosse o movimento talvez, isso não desmerecendo quem tá na agroindústria, quem tá nas fábricas e tal, talvez eu pudesse ser mais um operário né? mais um operário ou um funcionário numa fazenda ou coisa o coisa desse tipo né? sem desmerecer, mas a condição poderia ter sido outra né?¹⁰ (ENTREVISTADO 2, 2019).

Como foi possível perceber na entrevista se acredita que a formação obtida no movimento traz condições de se fazer uma leitura crítica da atual situação brasileira e saber qual é o papel do sujeito Sem Terra neste momento, enquanto sujeito histórico. Como também a clareza em reconhecer os problemas atuais em relação a conjuntura política do país, se apresenta pela possibilidade de se fazer resistência nesse atual momento de conflito social:

Eu acho que esse é o momento mais difícil do movimento que tamos enfrentando nos últimos tempos. Primeiro que o governo federal do Bolsonaro é um governo que pra ele conseguir sobreviver ele tem que ter inimigos né? (...), o movimento Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores são para esse governo, para esse projeto de poder então os grandes inimigos. Então a gente tem que se preparar eu acho, pra enfrentar isso, aí tem que fazer o exercício com o estudo (...) acredito que a experiencia que o MST teve nesses 35 anos ajuda muito para acertar o

⁹ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

¹⁰ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

caminho. (...). Acho que a experiência que se teve, esse acúmulo de luta que o MST teve, juntando com o acúmulo de luta, (...) pode apresentar e vai apresentar eu acredito uma condição política que acho, que já se aproxima, não vai demorar muito para que a gente de fato reacenda de novo, não do jeito que a gente quer, mas comece a apontar soluções. (...) eu acho que o movimento tem essa condição política importante.¹¹ (ENTREVISTADO 2, 2019).

Na sequência, também se apresenta a entrevistada 3, que destaca sua história de luta e vivência dentro dos espaços de constituição do MST, como no caso, no processo de ocupação de terra, com a consolidação do acampamento como uma experiência significativa em sua vida. Desde a infância participou dos processos formativos do MST, bem como destaca na entrevista:

Minha história com MST começa em 1985 com a primeira ocupação, fiquei dois anos no acampamento, depois seguiu o processo de assentamento. Estudei na Escola multisseriada do assentamento 25 de Maio. O acampamento foi a base de tudo a construção e o processo formativo (ENTREVISTADA 3, 2019).

Com isso, a entrevistada 3 reconhece que o seu envolvimento em diversas instâncias do MST proporciona a formação, enquanto sujeito social e histórico, como é possível perceber em suas palavras:

Particpei na escola, grupo de jovens, grupo das mulheres, setor de formação, comunicação e na rádio comunitária. Uma formação que já projeta a gente como militante. Hoje 34 anos depois da ocupação sigo no setor de formação, setor de cultura e educação. Particpei de formação específica em artes para me tornar professora. Trabalho com o processo formativo pelo setor de cultura no projeto Germinando Arte. Processos de agroecologia e produção no lote. O processo de luta desde o acampamento ele é a base para todos nós militantes, o acampamento é um processo de estágio que nos forma para depois de ser assentado se envolver com as questões políticas e sociais. Todos esses processos educativos formam uma consciência social, um sujeito diferente desde o processo formativo para criança, para juventude, para os adultos. Então quando a gente fala de experiência de vida de processos formativos a gente tem como experiência a nossa vivência. O processo do acampamento ele é a base de todo o nosso estudo, de nossas pesquisas, a gente carrega essa experiência, essa identidade de sem-terra. Um novo jeito, novo rumo de vida, consciência social e luta de classe (ENTREVISTADA 3, 2019).

Em relação a participação na luta pela Reforma Agrária, a entrevistada 3 destaca que esses processos contribuem para entender o papel na sociedade e garantir a permanência de milhares de famílias na terra. Desta forma, a entrevistada 3 faz uma análise positiva de todo esse processo de luta e suas conquistas:

Esse processo formativo contribuiu muito para permanência enquanto assentado, nossa consciência crítica, lugar que a gente vive, do lugar que a gente construiu,

¹¹ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

consciência social, garantia de sobrevivência dentro de um assentamento. avaliação muito produtiva, transformação social do acampamento e assentamento e o avanço que se teve. Essa contribuição ela é parte da nossa luta da nossa história e garante sim a transformação social. A renda que se tem no campo, moradia, energia elétrica e o acesso às tecnologias.¹² (ENTREVISTADO 3, 2019).

Com isso, na entrevista foi possível identificar que mesmo que tenha se passado 34 anos, após o período de ocupação da área destinada a Reforma Agrária, a entrevistada ressalta que só se firmou enquanto ser social em virtude da luta e do processo político de formação do MST. É evidente que as condições de formação atualmente, são diferenciadas do processo de organização da época em que se conquistou a terra, como salienta a entrevistada, hoje os desafios são outros, sendo necessário prioritariamente intensificar e ampliar os processos de educação e formação com a juventude Sem Terra:

Hoje a Juventude tem dificuldade de entender esse processo, porque avança muito rápido. Eles têm acesso, tem muita informação, mas, na prática não se efetiva por não conseguir fazer uma leitura crítica da realidade atual muito complexa.¹³ (ENTREVISTADA 3, 2019).

Nesse caso, também se faz necessário repensar os processos que ocorrem nas próprias escolas públicas que se localizam nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, que precisam conviver com a forma tradicional escolar que aprisiona a juventude e não a deixa estar em contato com a sua vida e realidade dentro da própria instituição. Fazer uma educação que pense a realidade e tenha um projeto educativo da classe trabalhadora torna-se uma tarefa constante para o MST. Por isso, esse movimento social reconhece a centralidade que a escola também possui na luta pela terra, com isso percebe-se a necessidade de se pensar em uma Pedagogia articulada também a luta social.

Considera-se também que esse reconhecimento e crítica a sociedade capitalista e seu modo de organização, seja pela forma de concentração da terra, ou pela forma de se fazer escola, integra uma das principais características que compõem a formação do sujeito histórico. Entendido, nessa pesquisa como ser que age sobre sua realidade, história, cultura, trabalho e educação. Compreende-se por sujeito histórico, o ser ativo, participativo e crítico que integra sua condição de vida a uma luta pela mudança não apenas da sua condição individual, mas a condição de vida coletiva, que rompe com o

¹² Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

¹³ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

paradigma da individualidade disseminada pelos aparelhos ideológicos do próprio Estado, em sua natureza capitalista.

Para fechar esse ciclo de análise e reflexão sobre a constituição do sujeito histórico em um assentamento de Reforma Agrária, integramos a percepção do entrevistado 4, que nasceu em um acampamento. Segundo o entrevistado 4, sua formação se estende até os dias atuais, dentro dos processos formativos do MST, como sua inserção em uma cooperativa do próprio movimento, comenta ele:

Eu já nasci no acampamento em 1989 o pessoal ocupou a fazenda volta grande, em 1987 fazia 02 anos que eles estavam acampados e eu nasci. Minha mãe era dirigente então eu participava de todas as reuniões, em Chapecó, Caçador, Fraiburgo. Desde as cirandas até a parte de juventude do MST, eu já nasci dentro do MST. Eu trabalho em uma cooperativa do MST que é a Cooperoeste, sou gerente da cooperativa de uma filial em Abelardo Luz. A gente trabalha praticamente só com assentado, então minha atuação é na cooperativa por ser uma cooperativa do MST.¹⁴ (ENTREVISTADO 4, 2019).

De grosso modo, o entrevistado também considera que os processos formativos do movimento é um diferencial, como também uma referência para sua formação política, social e ideológica:

Os processos educativos eu acho que vem desde os cursos de formação de base, organização dos núcleos de base, assistência técnica, cursos de cooperativismo. Formação superior fiz pelo MST em Cuba, foi uma bolsa do MST, fiquei sete anos. Então eu acho que 100% foi a minha consciência de classe hoje o meu lado político forjado no MST. Eu acho se não tivesse o MST eu seria mais um jovem alienado que tem hoje no Brasil, desses que elegeram um presidente que nem tá aí.¹⁵ (ENTREVISTADO 4, 2019).

Como podemos ver o entrevistado reconhece que se não fosse a sua participação no MST, o mesmo não teria a mesma consciência que tem hoje sobre as coisas e sobre o mundo. Um dos processos educativos proporcionado pelo MST, que mais contribuiu para a sua formação enquanto sujeito histórico como destaca o entrevistado 4, foi a oportunidade de estudar em outro país:

Cuba me fez eu ter um conhecimento real da diferença entre a sociedade capitalista e uma sociedade totalmente socialista, então isso fez eu comparar a realidade, nessa vida capitalista que tudo é dinheiro. No Brasil tudo é baseado no dinheiro, em números. Nós somos esquerda nós temos consciência de classe sabemos que somos da classe pobre, não vamos fugir da nossa ideologia sempre vamos defender, sempre vamos estar junto, mas por estar vivendo numa sociedade capitalista o dinheiro rodeia tudo ..., mas sem perder a nossa raiz.

¹⁴ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

¹⁵ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

Então a ideologia a gente nunca vai perder e essa ideologia vem pela formação do MST.¹⁶ (ENTREVISTADO 4, 2019).

De acordo com o entrevistado, participar dos processos formativos do MST, proporcionou a ele uma visão crítica de sociedade e de luta de classes. Na sua entrevista, destacou que outros jovens com a mesma origem não conseguiram desenvolver a consciência crítica em relação à sociedade, justamente por não participarem dos processos formativos do MST, como comenta:

Quantos jovens têm aqui em Abelardo hoje que nasceram em acampamento, sofreram igual a gente sofreu, não estudaram curso superior, mas, hoje tem um carrinho, tudo financiado, trabalham na Aurora e são “Bolsonaro” e mete o” pau” no MST. E por falta de formação política. E contraditório o cara pobre ser de direita, de extrema direita. Então isso vamos dizer não é um legado. O que eu aprendi no movimento, toda essa formação política e ideológica graças a esses cursos. Então eu tenho consciência social, eu sei que eu sou da classe “baixa”, eu sei que eu sou da classe trabalhadora e sou de esquerda. Mas, isso foi uma formação que veio desde pequeno.¹⁷ (ENTREVISTADO 4, 2019).

Com isso, foi possível perceber que todos os entrevistados reconhecem a importância do movimento social para sua formação e desenvolvimento como sujeitos históricos. Como se apresentam nas falas, foi pelo processo de luta pela terra e sua constante formação política nos processos de estudo e reflexão do MST, que hoje conseguem se reconhecer como classe para si, um conceito apresentado pelo teórico inglês Thompson em suas análises na obra "A classe operária inglesa (1963)". Classe para si, no caminho de repensar os processos de luta e resistência de forma coletiva, cultivada e vivenciada nos espaços de organização da sua resistência. Como demonstra o entrevistado 4, os processos educativos do MST, tem dado muitos frutos como é apresentado:

Para mim pessoalmente tá dando fruto todo esse processo de formação, a gente não tem uma base econômica a gente vem de família pobre. Hoje o que me mantém e graças ao estudo graças a formação de consciência por eu tá onde eu tô, se não fosse pelo MST eu nunca estaria aqui seria mais um na sociedade. Eu acho toda essa formação que a gente teve, a gente já tem uma história, a gente acompanhou praticamente três décadas, a gente tá ciente do que está acontecendo. Eu acho que toda essa formação de vida, todos esses processos, faz com que a gente hoje se indigne com o que está acontecendo no Brasil.¹⁸ (ENTREVISTADO 4, 2019).

Destaca-se ainda, a contribuição que os processos de vivência na luta pela terra

¹⁶ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

¹⁷ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

¹⁸ Entrevista concedida a Ronaldo Cezar Antunes, em 15 de outubro de 2019.

em espaços de acampamentos e assentamentos do MST, despertam na constituição do sujeito histórico. De acordo com Marx e Engels (2009) "a consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real". Para os Sem Terra o processo real da luta é o que os identifica enquanto ser social e histórico, assim:

Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e seu intercambio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. (MARX E ENGELS. 2009, p. 31)

Percebe-se como destaca Marx e Engels (2009), relacionando com o histórico do MST e de seus militantes, a vida de luta pela terra determina a consciência social dos Sem Terra. Neste sentido os processos vividos no interior do movimento materializam -se como processos educativos e constitutivos desta consciência.

Entende-se pela história do MST que a luta por reforma agrária, abrange muito mais que um pedaço de terra. Mesmo sendo propulsor, o processo de ocupação e conquista da terra necessita de continuidade da luta e do engajamento coletivo. Ainda em sua gênese o MST percebeu a importância da luta pela terra em avançar pra outras instancias, ou seja, buscar o acesso aos demais direito constitucionais, como escola, educação, saúde, moradia, entre outros. Desta forma a educação no MST se tornou prioridade para a sequência da busca por justiça social.

4 OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST

A relação MST e educação foi estabelecida desde a fundação do movimento ainda em 1984, quando da primeira ocupação de terras ocorrido na Encruzilhada Natalino Rio Grande do Sul. Para CALDART (2012), a educação se tornou prioridade no MST pela necessidade e o direito de garantir as crianças acampadas o acesso à educação ainda no acampamento. A luta pela terra desde o seu princípio envolveu toda a família, assim a vida em um acampamento, excluí as crianças do direito à escola e a educação. Por esses motivos a educação foi se construindo dentro do MST protagonizado por algumas professoras e mães de crianças, sendo o germe de um setor específico de educação. O setor de educação do MST iniciou seus primeiros passos enfrentando desafios, esses desafios exigiam não só a construção física de escolas itinerantes, mas, de um projeto maior que conseguisse abarcar educação, luta pela terra e por justiça social.

[...] não é possível entender por que o MST entra no trabalho com educação e notadamente com educação escolar sem ter presente além das características de sua luta a realidade educacional de um país que ainda não conseguiu garantir a universalização do acesso à educação básica (CALDART, 2012, p. 501).

O MST ao mesmo tempo que se consolida como uma organização nacional a partir de 1987, estrutura o setor de educação. A prioridade do setor era a elaboração de uma proposta de educação específica para os camponeses e a formação de professores capacitados para a atuação dentro das escolas em áreas de acampamentos e assentamentos. Segundo CALDART (2012), no início dos acampamentos se lutava por educação básica, a partir dos anos de 1990, sentiu-se a necessidade dentro do movimento de expandir essa luta para a alfabetização e educação de jovens e adultos, na sequência a luta foi pela universalização da educação básica, educação de nível médio e educação universitária. Foram várias conquistas partindo da organização e da luta por escolas dentro dos assentamentos, além das escolas a capacitação dos professores proporcionou além do conhecimento científico a conscientização para uma educação específica, partindo da realidade do campo incluindo as relações sociais existentes no campo explicitado através da luta pela terra.

Por meio desta luta, se forma a consciência do direito à educação e a noção de público entre as famílias, o que, em uma sociedade de classes como a nossa, é fundamental para garantir políticas públicas de interesse dos trabalhadores; em

muitos lugares, foi possível, com esta luta específica, recolocar a questão da educação da população do campo na agenda de secretarias de Educação, dos conselhos estaduais e do próprio Ministério da Educação (MEC); aprendeu-se e ensinou-se neste processo que a escola tem de estar onde o povo está, e que os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola (CALDART, 2012, p. 502).

Aos poucos as conquistas relacionadas ao avanço da educação foram sendo realidade no MST, esses avanços trouxeram a percepção de que precisava intensificar a pressão sobre os órgãos institucionais responsáveis pela educação, para que se avançasse ainda mais. Nesta lógica o movimento percebeu também que era necessário articulação maior com outros povos do campo, desta forma foi que o MST chegou à educação do campo.

Para CALDART (2012), a constituição de coletivos de educação locais, regionais e estaduais impulsionou a criação do coletivo nacional de educação. As ações deste coletivo proporcionaram uma leitura conjuntural a partir de um coletivo baseado na realidade local, ou seja, do próprio movimento. Um outro fator importante no MST foi a prioridade na formação de educadores residentes nas próprias comunidades da Reforma Agrária, a atuação desses professores consolidou um projeto político-pedagógico que foi defendido pelo MST. A soma desses processos foi a conquistas de espaços nas universidades com a realização de cursos específicos de licenciatura em educação do campo, desenvolvido através do programa PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em várias universidades de todo o Brasil.

Com o desenvolvimento do trabalho do MST a educação foi tomando proporções maiores, em 1995 ganhou o prêmio da UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância "Educação e Participação" aproveitando esse impulso foi realizado em 1997 o primeiro ENERA - Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária em julho de 1997, esse encontro foi uma espécie de apresentação pública da proposta de educação do MST. Foi também uma afirmação dentro do próprio movimento da importância da proposta até aquele momento construída. Foi desse encontro que nasceu o PRONERA, um programa nacional para a reforma agrária. Na sequência foi realizado conferências nacionais de educação do campo em 1998 e 2004 e o seminário nacional por uma educação básica do campo em 2002.

A dimensão de ocupação da universidade foi aumentando na sequência do período com a criação do PRONERA chegando em 2011, com mais de 1500 educadores

formados impulsionando assim a disseminação da proposta de educação do campo. Assim, formando intelectuais coletivos de classe:

A dimensão específica da ocupação da universidade, que iniciou com os cursos de educação e aos poucos foi se estendendo para outras áreas, tem um significado histórico importante na formação de um intelectual coletivo de classe, nesse caso orgânico ao trabalho nas áreas de Reforma Agrária: camponeses trabalhando com camponeses. E a combinação entre escolarização, formação político-ideológica e formação técnica, inaugurada pelos cursos formais das áreas da educação e da produção, foi, aos poucos, se afirmando como uma marca do trabalho de educação do MST. (CALDART, 2012, p. 504)

Uma das características específicas que produziram e produzem resultados interessantes, e a atuação direta com as crianças e jovens dos acampamentos e assentamentos integrando-os na organicidade e identidade do movimento. A materialidade dessas ações são os encontros dos Sem Terrinha, que caracteriza em identidade coletiva de criança Sem Terra. Nesta mesma linha foi desenvolvida várias atividades culturais e de formação como concursos nacionais de redação e de desenho, também encarte especial do jornal Sem Terra além de produções específicas de literatura para a infância e juventude do campo. Outra característica fundamental na proposta de educação MST, como destaca CALDART (2012), e a construção coletiva de seu projeto político-pedagógico sistematizado em materiais produzidos para o uso em atividades do movimento.

Em seu percurso, o MST foi construindo uma concepção de educação, um método de fazer a formação das pessoas e uma concepção de escola em diálogo com teorias sociais e pedagógicas produzidas por outras práticas de educação dos trabalhadores, em diferentes lugares e tempos históricos. Desde o início da luta por escolas, houve a preocupação de fazer e, então, ir pensando o que seria uma “escola diferente” (...) (CALDART, 2012, p. 504).

A proposta pedagógica do MST foi se construindo a partir das ações dos coletivos, das reflexões construídas a partir de experiências e da materialidade de espaços físicos específicos para o trabalho de educação e formação, como o instituto Josué de Castro e a produção de diversos cadernos de formação, livros e materiais de estudo. Para CALDART (2012), percebe-se entre os Sem Terra que o trabalho de educação do MST tem fortalecido o valor do estudo como apropriação e produção do conhecimento e o avanço na conquista do direito a escolarização, focando nas questões mais amplas de formação enquanto seres sociais.

Um elemento fundamental para a construção/afirmação coletiva de uma concepção de educação foi identificar o processo de formação humana vivido pela coletividade Sem Terra em luta como matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento mais pleno do ser humano e ocupada com a formação de lutadores e construtores de novas relações sociais. Isso levou a refletir sobre o conjunto de práticas que faz o dia a dia dos Sem Terra e a extrair dele lições de pedagogia que permitem qualificar a intencionalidade educativa do movimento, pondo em ação diferentes matrizes constituidoras do ser humano: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura, conhecimento, história... (CALDART, 2012, p. 505).

Essas práticas permitem pensar uma escola que fortaleça o vínculo com a luta e coma vida concreta dos estudantes, onde a educação tem o papel de ir além dos muros da escola, vinculando-se com a comunidade em geral e com outros espaços formativos. Segundo CALDART (2012), o MST passou a expressar e a reafirmar uma concepção de educação que vincula a produção da existência social e a formação do ser humano, considerando as contradições como motor das transformações da realidade e da intencionalidade educativa num determinado projeto de sociedade e humanidade. A proposta político-pedagógica do MST prioriza a escola como espaço de formação humana, não podendo ficar restrita somente a questão do ensino, mas, a escola deve ser pensada para educar em todas as suas dimensões: em seus tempos, espaços e suas relações sociais.

Os camponeses do MST entendem que o conhecimento que necessitam, somente se produz na relação entre teoria e prática, pelo vínculo do estudo com o trabalho com as questões da vida real. Tal projeto implica na transformação da forma escolar atual, e estas transformações somente irão ocorrer com uma mudança radical na estrutura da sociedade que foi pensada e construída para atender a um distinto projeto. Segundo CALDART (2012), o trabalho de educação do MST tem buscado construir referências teóricas e práticas de um rumo a seguir, com o objetivo de construir uma escola aberta a vida em todas as suas dimensões e vinculada aos objetivos sociais dos trabalhadores.

Os processos educativos do MST conseguem avançar além da luta pela terra. Em todos os espaços coletivos quando acontece injustiça, a mobilização acontece. Na imagem seguinte vemos a ocupação da escola de ensino médio Paulo Freire. Esta ocupação tem objetivo protestar contra os cortes de recursos na educação, feito pelo governo federal.

Figura 10: Ocupação da escola Paulo Freire, Assentamento 25 de Maio, Abelardo Luz SC, 2018.



Fonte: <https://mst.org.br/2016/>.

Para o MST a educação se faz necessária tanto para acessar o conhecimento acumulado pela humanidade historicamente, quanto para a busca de formação de consciência crítica. Para isso necessariamente a educação deve estar vinculada com a vida prática dos sujeitos envolvidos, desta forma foi preciso muitas reflexões e aprendizados de como construir um projeto de educação vinculado com a realidade, dentro de um sistema de educação protagonizado pelo atual sistema de sociedade. Em seu percurso o MST dentro das atividades teóricas e práticas, no fazer e refazer, traçou seu rumo, materializando-se na pedagogia do movimento.

4.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST

A proposta pedagógica do MST se faz intrínseca a luta pela terra e seus sujeitos envolvidos. Ao sentir parte de uma luta maior os sujeitos constituem-se enquanto seres humanos que constroem suas histórias forjando assim seres componentes de um todo em busca de um objetivo único. Assim para Caldart (2012), o processo formativo do sujeito Sem Terra para além de si mesmo e como objeto da pedagogia, entendida aqui como

teoria e prática da formação humana, reencontrando-se com sua questão originária: entender como se dá a constituição do ser humano,(...) neste processo reconhecendo-se através da luta pratica do movimento (...) para nós, como ser social e histórico.

O movimento Sem Terra traz em sua essência um espaço de vivencia condicionante para cada indivíduo de auto reconhecimento e identificação com os demais, consolidando um processo educativo e pedagógico, para Caldart (2012), o espaço formativo do movimento e de um modo específico um espaço de formação de sujeitos sociais e coletivos, que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana. Esta compreensão nos ajuda a pensar e a fazer a educação dos sujeitos das transformações das relações sociais, que produzem na atualidade e contraditoriamente, organizações como o MST.

Para entender o processo de formação humana a luz da pedagogia do movimento e preciso entender a dialética e a radicalidade da concepção de educação, que acontece no movimento da Práxis: O ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo. Em sua origem a pedagogia do MST está a experiencia de trabalho educativo em toda a trajetória de luta demonstra que:

O MST tem uma pedagogia que é o jeito pelo qual historicamente vem formando o sujeito social (coletivo) de nome Sem Terra, e que, no dia a dia, educa as pessoas que dele fazem parte e pode orientar ações organizadas especificamente para educá-las ou aos seus descendentes.(CALDART, 2012, p.546-547).

A pedagogia do movimento orienta seus sujeitos históricos e sociais como agir diante várias situações do dia a dia, seja em espaços institucionais, movimentos sociais ou na sociedade em geral. Nesta mesma direção a pedagogia do movimento orienta como agir em uma marcha, em uma ocupação ou como se postar e agir diante de uma ação. Para Caldart (2012), a pedagogia do MST pode ajudar no processo de formação dos seus sujeitos como Sem Terra, como camponês, como trabalhador, como classe trabalhadora, como ser humano; que valores propõe, nega ou reforça; que postura estimula diante da luta, da sociedade, da vida; e que desafios de superação coloca à sua humanidade.

Na pedagogia do MST o principal educador e o próprio movimento não somente nas lutas práticas, mas, sobretudo através da sua dinâmica de formação humana. Ha um processo formativo que começa na conquista da terra pela coletividade sinalizando um futuro que pode ser construído coletivamente. As contradições que não negam o seu

passado, permite mostrar a estes trabalhadores. Como destaca Caldart (2012), o protagonismo de construção do futuro não será deles como indivíduos isolados, mas como sujeito coletivo, como classe.

A materialidade da luta e das relações sociais construídas e transformadas para sua sustentação são as “circunstâncias educadas” para conduzir a formação de um determinado tipo de ser humano. E como educador das circunstâncias e sujeito de práxis, o movimento social se constitui como sujeito pedagógico, pois põe em movimento diferentes matrizes de formação humana, entre as quais, e com centralidade, a matriz formadora combinada da luta social e da organização coletiva, em sua articulação necessária com as matrizes do trabalho, da cultura e da história (Caldart, 2004). Por isso, temos afirmado que o MST não cria uma pedagogia, mas, sim, recupera e mobiliza de um jeito específico, pela historicidade de suas ações, matrizes pedagógicas construídas ao longo da história de formação da humanidade. E é este movimento pedagógico que está na base de construção da concepção de educação e também de escola do MST, desde os fundamentos, pois, que a projetam para além dele (CALDART, 2012, p. 547).

Um dos desafios assumido pelo MST foi o de construir junto com outros movimentos sociais camponeses a proposta de educação do campo capaz de envolver o conjunto dos sujeitos trabalhadores do campo. Como centralidade deste processo, como destaca Caldart (2012), foi aprofundar a compreensão da dimensão educativa dos movimentos sociais e assumindo-se como pedagogos coletivos para a formação do ser humano que a sua luta projeta e a classe necessitam. Outra contribuição e pensar para a formulação de uma prática que integre os trabalhadores do campo e da cidade para uma ação coletiva visando formá-los como protagonistas da luta contra o capital e da construção de novas relações sociais de produção.

Torna-se necessário entender os conceitos que definem os movimentos sociais sendo entendidos como formas de mobilização e de organização específica das classes trabalhadoras para as lutas sociais, capaz de fazer emergir novos sujeitos coletivos.

Um sujeito social coletivo se refere à associação de pessoas que passam a ter uma identidade de ação na sociedade, e, portanto, de formação e organização em vista de interesses comuns e de um projeto coletivo. Revela-se pelo nome próprio por meio do qual a sociedade passa a identificar quem é de uma determinada organização, de um determinado movimento (“Sem Terra”, “Sem Teto”, “Atingidos por Barragens”). E sujeitos coletivos se formam, não são dados pelas condições objetivas que os definem, exatamente porque seus membros partilham mais do que uma condição: partilham objetivos construídos ou tornados conscientes no movimento histórico em que se afirmam ou são reconhecidos pela sociedade. Em nosso tempo, os movimentos sociais estão sendo reconhecidos como espaços importantes de formação de sujeitos coletivos. (CALDART, 2012 p.548).

A reprodução ou continuidade histórica de um sujeito depende de sua capacidade

política ou organizacional para questionar as relações sócias de produção, de cultura e modos de produção de uma determinada sociedade em uma determinada época. As lutas sociais, por sua vez, segundo Caldart (2012) são enfrentamentos organizados por seres sociais, no enfrentamento de situações coletivas que defendam interesses de seus integrantes e da sua classe. E quanto mais estas ações se vinculem a dimensão da vida social e humana em relação a luta de classe, maior seu poder formativo.

As matrizes formadoras e matrizes pedagógicas se referem a atividades do agir humano que são essencialmente formadoras do ser humano. Para (CALDART 2012) assim se compreende a afirmação do trabalho como princípio educativo: ele e a base de constituição da práxis como totalidade formadora do ser humano.

Práxis é entendida, desde Marx, como “a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos” (Konder, 1992, p. 115). A práxis é, nesse sentido, a revelação do ser humano “como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humanosocial) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade como totalidade). A práxis [...] não é a atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (Kosik, 1976, p. 202). É formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano (ibid., p. 201) (CALDART. 2012, p. 549).

Pensando do ponto de vista da intencionalidade formativa na práxis, cabe analisar conjuntamente as matrizes pedagógicas como a cultura, o trabalho, a luta social e a organização coletiva, pois nenhuma delas pode ser vista separadamente. A atividade que humaniza mais radicalmente é aquela que exige a autotransformação, que passa pela compreensão teórica da realidade.

Para Caldart (2012) o ser humano se forma não apenas por processos de conformação social, mas, ao contrário, que há traços de sua humanidade construídos nas atitudes de inconformismo e contestação social, e na busca da transformação do “atual estado de coisas”. Assim necessita, portanto, da recuperação da dialética entre indivíduo e coletividade ou, como trata Marx da reintegração de individualidade e sociabilidade na realidade humana concreta do indivíduo social. A luta social só acontece porque existem situações que impedem a vida humana. Neste processo de luta de resistir ou enfrentar esta situação que desumaniza, está o potencial formador. Este processo constrói situações objetivas de um a prática revolucionária.

A Pedagogia do Movimento recupera, reafirma e, ao mesmo tempo, continua, desde uma realidade específica, com seus sujeitos particulares e em um tempo histórico determinado, a construção teórico-prática de uma concepção de educação de base materialista, histórica e dialética. É herdeira da filosofia da práxis como concepção que radicaliza a ideia do ser humano (ser social e histórico) como produto de si mesmo: ao mesmo tempo produto e sujeito da história, formado pela sociedade e construtor da sociedade – sujeito de práxis (CALDART, 2012, p.553).

A pedagogia do MST também é herdeira da pedagogia do oprimido que traz a mesma concepção que o potencial formador da condição de opressão, humanamente exigente da atitude de busca da liberdade e de luta contra o que oprime, e que coloca os oprimidos na condição potencial de sujeitos da sua própria libertação. É preciso buscar um processo coletivo de formação através das lutas práticas que fortaleça a compreensão da busca de um engajamento massivo para a superação das condições imposta pelo capitalismo. Porém consideramos que a Pedagogia do Movimento é a afirmação de uma concepção de educação que pode mexer bastante com os rumos da escola na direção dos interesses dos trabalhadores.

4.2 O MST E A ESCOLA

A educação no MST está fundamentalmente ligada com a vida, desde seu início a preocupação com uma educação voltada para a classe trabalhadora é prioridade. No caderno de formação Caminhos para a transformação da escola (2010), está em destaque registros de reflexões e práticas vividas dentro do MST buscando uma educação fundamentada no diálogo com formulações teóricas e práticas de uma educação emancipatória, que se orienta por um projeto histórico.

Desse modo, segundo Caldart (2012), hoje no campo como no conjunto da sociedade predomina uma educação que conforma os trabalhadores que é uma lógica de sua própria destruição: como classe, como grupo social e cultural, como humanidade. Ainda, para a autora Caldart (2012) para romper com esta lógica é preciso um movimento dos trabalhadores no sentido de criar alternativas de trabalho, de vida e de relações sociais entre campo e cidade, entre os seres humanos e a natureza.

O que se coloca como grande desafio no MST é sua pedagogia e como criar alternativas para transformar a intencionalidade formativa, em um projeto de educação

buscando transformar a visão de mundo e do modo de vida subordinado a lógica da reprodução do sistema do capital. Essa ação deve envolver toda a coletividade em todos os espaços de produção e reprodução da vida coletiva e social.

De acordo com Caldart (2010), a pedagogia do Movimento, enquanto reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, e ao tratar essa formação como um processo educativo, expressa e reafirma uma concepção de educação, de formação humana, que tem por base uma concepção histórico-materialista-dialética.

A produção da existência e a produção ou formação do ser humano são inseparáveis (Marx) ou seja as pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade, fundamentalmente através do trabalho que lhe permite a reprodução da vida e é a característica distintiva do gênero humano, e a própria vida humana na sua relação com a natureza na construção do mundo. (...) Trabalho emancipado e condição de emancipação humana, mas não é apenas depois de emancipado que o trabalho passa a ser educativo, transformador do ser humano: a educação acontece na dialética entre a transformação das circunstâncias e a autotransformação que esse processo provoca (acontece na práxis) (CALDART, 2010, p. 65).

Para a autora, essa concepção coloca a educação no plano de formação humana. Os sujeitos individuais e coletivos são formados através da luta social, independentemente se é na escola ou fora dela. Educação é nessa perspectiva, um processo intencional de busca do desenvolvimento unilateral do ser humano. Diferentes dimensões são trabalhadas desenvolvendo as capacidades manuais e intelectuais, assim, destaca que a palavra "omnilateral" indica a busca de um processo de formação humana ou de humanização integral, entendido como totalidade que não é apenas a soma da atuação em diferentes dimensões, mas sim a articulação que visa coerência na atuação do ser humano no mundo. Mesmo que nessa atual sociedade os processos caminhem para a unilateralidade, o projeto pedagógico do MST caminha noutra direção.

Nessa perspectiva educação não é inculcação. Não há formação da consciência fora dos processos práticos e relações sociais de produção, por isso a articulação teoria e prática através do trabalho é a base da educação. Essa concepção permitiu ao MST formular o conceito do ambiente educativo, onde as atividades humanas podem ser realizadas de forma educativas. Considerando o ambiente que educa a todos, nas relações sociais intencionalizadas.

Sabemos que a escola como instituição é uma construção social e histórica,

sendo não só um reflexo das relações sociais, mas como colaboradora na formulação da ordem social capitalista. Segundo Caldart 2010,

Há uma estreita relação entre forma escolar, forma social e forma política. Seu percurso encarna/ reproduz as contradições sociais que nascem fora dela e ela vai sempre tender ao polo socialmente hegemônico se não houver uma forte intencionalidade na outra direção. E não haverá uma transformação mais radical da escola fora de um processo de transformação da sociedade (CALDART, 2010, p.67).

A escola precisa ser transformada para que possa atender ou somar ao projeto de educação voltada para a classe trabalhadora. O ingresso dos trabalhadores na escola somente foi concedido para formar pessoas aptas a atender as demandas para a reprodução das relações de trabalho capitalista. Para educar no sentido histórico, a escola precisa ser transformada e essa transformação precisa necessariamente, formar os trabalhadores para que façam uma revolução social na direção da emancipação humana.

Para Caldart (2010), o projeto da escola está em permanente disputa, a sua finalidade, função social e projeto político-pedagógico. Estas relações de disputa nem sempre são escritas, mas, realizadas na prática, por isso a importância da luta permanente para aos poucos ir vencendo estas barreiras. Assim, como destaca Caldart (2010), esses embates representam a “Guerra” entre permanência e exclusão dos trabalhadores, evidenciado nas relações de poder existente, o padrão cultural que orienta a visão de mundo. Por isso essa disputa é socialmente e humanamente legítima e necessária para o projeto dos trabalhadores.

(...) a primeira grande tarefa social da escola, para que possa realizar as tarefas pedagógicas específicas que tem, mas na nossa perspectiva de classe, de projeto, de ser humano, e dar-se conta de que é preciso fazer mudanças e seus sujeitos assumirem o comando de sua transformação. (CALDART. 2010, p. 68)

A escola precisa ser transformada dentro do conjunto de ações educacionais e formativas, inerente aos trabalhadores. O papel da escola é ser parte integrante de uma luta maior que é a transformação da sociedade em um projeto justo e igualitário para todos. Ainda, Caldart (2010) frisa que é muito importante destacar, quanto tratamos de escola dos trabalhadores não estamos defendendo uma escola fechada somente aos interesses ou desafios dos Sem Terra, mas sim, uma escola que inclua toda a classe trabalhadora, que seus sujeitos ocupem este espaço, enquanto identidade coletiva de

trabalhadores, de camponeses , de seres humanos.

Para Caldart (2010), a apropriação da escola para a classe trabalhadora quer dizer, ancorar seu trabalho de educação em um projeto formativo que vise a construção do projeto histórico dessa classe. A pedagogia do movimento deve ser entendida como um jeito de trabalhar com diferentes práticas e teorias de uma educação construída historicamente desde os interesses sociais e políticos dos trabalhadores, dentro de uma dinâmica que possa construir baseado nas contradições, sínteses próprias de concepção. O desafio da ocupação da escola está presente desde o movimento originário da educação do campo, os esforços das organizações camponesas pra construir um projeto que garanta o acesso à escola numa dinâmica de estudo, voltada a classe trabalhadora em seu tempo histórico, resultando em um novo projeto de sociedade e de ser humano.

Este processo de transformação da escola no âmbito da concretude, é preciso uma análise rigorosa da realidade que atuamos, pois terá como ponto de partida a escola que já existe. Segundo Caldart (2010), destaca que é preciso ter referência teórica e direção clara de onde chegar, analisar as forças externas da escola e a especificidade de cada local, ancorados em análises sistemáticos da direção do movimento desencadeado.

Para Caldart (2010), as transformações da escola devem priorizar os estudantes que fazem parte dela, ou seja, as transformações devem necessariamente contribuir para a formação humana destes estudantes, que por sua vez devem estar presentes nas discussões e implementações de ações que caminhem neste rumo. A escola do MST é uma escola que se abre para a vida, incluindo articulações com outras fontes sociais que estão além das paredes da escola.

(...) pensar a escola em perspectiva nos e dada pelo processo de formação do sujeito Sem Terra na materialidade das diferentes formas e situações da luta pela Reforma Agrária e da organização do MST inserido nos processos sociais mais amplos e que visam a transformação da sociedade capitalista pela via do socialismo (CALDART, 2012, p. 70).

Essa visão em perspectiva, nos permite entender que a transformação da escola em primeira estância deve ser pela sua matriz formativa: as dimensões, as estratégias pedagógicas devem ser orientas em que direção? Qual ser humano queremos ajudar a formar, e para qual sociedade? Que traços de ser humano precisa ser mais cultivado dentro do nosso tempo histórico? Que apropriação e produção de conhecimentos essa direção educativa implica?

Para avançar no debate e consolidação de um novo projeto de escola e de sociedade segundo Caldart (2010), é preciso permanentemente retomar os objetivos e definir estratégias de ação visando atingi-los. Estes objetivos são perenes e históricos, gerais e específicos da realidade onde atuamos. O objetivo central de toda esta dinâmica é formar seres humanos mais plenos e felizes, e ajudar na humanização das pessoas, o que implica trabalhar diferentes dimensões do ser humano.

(...) e preciso ter como objetivo formar lutadores e construtores de um tipo de sociedade que permita o real desenvolvimento humano de todas as pessoas : precisamos formar quem entenda quais os interesses sociais que estão levando a uma maior degradação humana, a mais violência, a barbárie social desenfreada ... e ainda pensar que podemos estar trabalhando com sujeitos que vivenciam no seu cotidiano processos violentos de desumanização e/ou processos coletivos de luta contra essa desumanização. (...) O maior objetivo do MST e de formação de sujeitos históricos capazes de trabalhar e de lutar pela transformação da sociedade e pela sua autotransformação (pessoal e coletiva) emancipatória, realizada no processo inclusive construção de um novo padrão de relações sociais(socialista). (CALDART. 2010, p. 70-71)

Para isso é preciso mexer com a visão de mundo dos educandos buscando através do trabalho, ampliar as ideias para o coletivo, integrando a totalidade formadora. Os objetivos que guiam esse processo segundo Caldart 2010, são da educação como um todo e não só da escola, por isso o MST saiu da escola para refletir a pedagogia do movimento para definir em que rede de práticas formativas do sujeito Sem Terra a escola deveria se integrar. Para Caldart (2010), a fusão entre educação e escola é histórica sendo uma característica do tipo de sociedade em que vivemos. Esta logica exige pensar na tarefa específica da escola com outros processos educativos e formativos da nova geração, hoje é preciso refletir sobre a atuação dos meios de comunicação, de ações culturais, do trabalho e do conjunto de relações sociais que estão inseridos, buscar vínculos com esses processos.

Considerar a escola, segundo Caldart 2010, como parte do meio social que educa novas gerações, não significa aceitar uma divisão de tarefas de educação a gosto do discurso da pedagogia burguesa: onde a instrução cabe a escola, a família a formação de valores e ao movimento a formação organizativa e política. Sabemos que as funções sociais da escola vão muito além do trabalho específico com o conhecimento institucional e sim uma de suas tarefas é garantir o aprendizado de um determinado padrão de relações sociais.

Todos os espaços com finalidades educativas realizam a totalidade do processo de educação, ainda que nem sempre de forma explicita e consciente. A escola não

pode renunciar a tarefa de educar de fazer formação humana desde um projeto pensado e intencionalizado pelos sujeitos coletivos que a integram (CALDART, 2010, p. 72).

Assim, é tarefa da escola assumir o desafio de trabalhar, de forma planejada e discutida, diferentes dimensões do desenvolvimento humano integral, que vem pela participação das pessoas no processo educativo, onde se exponham concepções sobre projetos de ser humano. Não deixando que de forma explícita ou não, o projeto de sociedade capitalista exponha seus valores de individualismo, egoísmo, consumismo e tudo que condiciona a reprodução das relações sociais capitalistas. Para Caldart (2010), se a escola não é o único lugar deste desafio educativo, ela não deve deixar de assumi-lo pela possibilidade que tem de fazer isso de forma e de modo pensado, planejado de acordo com cada ciclo da vida humana.

Figura 11: Escola Paulo Freire, Assentamento José Maria Abelardo Luz SC.



Fonte: <https://mst.org.br/2016>.

A escola tem o papel formador que precisa orientar-se no sentido de juntar teoria e prática baseado pelo trabalho e forma de educação, proporcionando ao educando a formação integral que a pedagogia socialista denomina de ``educação omnilateral`` para Caldart (2010), a educação escolar precisa garantir a apropriação pelos educandos de conceitos fundamentais ao modo de produção do conhecimento próprio das ciências e próprio das artes, e ao domínio de instrumentos culturais específicos que possibilitam

essa aprendizagem .

É importante frisar também que a escola precisa trabalhar com diferentes formas de conhecimento, não somente o conhecimento formalizado. Segundo Caldart (2010), as formas de conhecimentos tanto científico como outras formas de conhecimentos costumam estar imbricados. Não são apenas os conhecimentos classificados como científicos que nos interessam, a escola não pode ignorar os conhecimentos populares se esse conhecimento serve para a formação de sujeitos agentes das transformações da realidade. Mas aqui é importante salientar que a escola precisa trabalhar com conceitos, teorias e ciência para e porque também são formas de conhecimentos da realidade que não pode ser negado a formação intelectual dos estudantes. Neste mesmo sentido também é necessário que a escola possibilite o acesso aos trabalhadores deste conhecimento científico, para que possa ser apropriado e contribuir para a formação de sujeitos críticos para as transformações no futuro. Esta dimensão precisa de uma intencionalidade que só a pedagogia socialista consegue abranger.

A relação MST e escola, busca aprofundar a reflexão de como e possível através da educação, proporcionar aos sujeitos Sem Terra, a formação integral. A proposta de educação do campo oferece subsídios de como pode ser feita na prática a transformação necessária para atingir tal objetivo. Para que isso realmente aconteça e preciso ir além da formação de trabalhadores para o mercado de trabalho. Diante das contradições do que pode ser feito e o que realmente acontece na prática, está a luta de educadores, e educandos enquanto seres sociais e históricos orientados por um movimento dinâmico e constante de lutas, avanços, desafios e conquistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST traz em sua essência princípios necessários e inevitáveis para a sua constituição. Assim, para entender os processos educativos e preciso entender que as lutas e ações do movimento orientam-se pela concepção materialista da história. Para Marx (2009) as premissas da concepção materialista da história, são premissas reais, são os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Para compreender os processos sociais que aconteceram ao longo da história, o movimento precisou enfrentar as contradições reais na luta pela terra e pela reforma agrária. Enquanto movimento social ao formar-se, também foi forjando suas diretrizes de ações e conseqüentemente seus militantes, desencadeando em processos formativos, sendo esses desenvolvidos na teoria e na prática.

Acredito que no desenvolvimento do trabalho conseguimos alcançar o nosso objetivo, entendendo como acontecem os processos educativos do movimento, a ocupação da terra improdutiva, os desafios para a permanência no acampamento, a luta para garantir saúde, educação e alimento. Durante o desenvolvimento das entrevistas e pesquisas pudemos comprovar que a ação coletiva foi e é o motor de toda a história do MST nos seus trinta e dois anos de existência.

O que está em evidência e que o MST produziu até aqui muita história, conquistou muitos espaços nos campos econômicos, políticos e sociais. Percebemos também no desenvolver do trabalho os limites e os desafios para a efetivação da proposta pedagógica política e social do movimento. Esses desafios e limites são ou fazem parte da realidade social de uma sociedade dividida em classes sociais

Reconhecemos nossos limites e procuramos como pesquisador desenvolver nosso trabalho de forma coerente com a nossa proposta inicial. Porém, o local de fala nos aproxima da realidade, permeando a nossa própria forma de vida visto que somos parte deste movimento. As potencialidades evidentes no MST são as conquistas materializadas nas construções: casas, escolas, cooperativas, postos de saúde, rádios comunitárias, centros de formação, entre outras; e na formação humana de novos indivíduos materializados por produtores de alimentos, professores, médicos, advogados, graduados, mestres e doutores nas mais diversas áreas do conhecimento. Assim, o MST constrói sua própria história, que não pode ser negada e não pode ser apagada. Assim

cada documento analisado, cada Sem Terra entrevistado e cada construção material e imaterial envolvido no desenvolver do trabalho, foi importantíssimo para a compreensão do todo.

REFERENCIAL BIBILGRÁFICO

CALDART, R. S et al. **Caminhos para a transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo**. 3.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S, PERREIRA, I. B, ALENTEJANO, P, FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CERIOLO, P. R. **Pra Soletrar A liberdade n 2: Somos Sem Terra: Caderno do Educando**. Alameda Barão de Limeira, 1232, São Paulo: ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2003.

Educação do Campo: conquistas e resistência popular. Site www.mst.org.br. Maio, 2019. Segundo Matéria. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/05/13/educacao-do-campo-conquistas-e-resistencia-popular/>. Acesso em 19 nov. 2019

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Dicionário da Educação do Campo**. 3.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ITERRA/UFFS. **A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: História do MST**. Veranópolis, 2015.

Lutar, Construir Reforma Agraria Popular. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Fev, 2014. Segundo Jornal. Disponível em: https://issuu.com/paginadomst/docs/jst_322. Acesso em 19 nov. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão

Popular, 2009.

MORISSAMA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PERREIRA, M. C. De. B. **Dicionário da Educação do Campo**. 3.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

QUEM SOMOS. Site **www.mst.org.br**. Segundo Matéria. Disponível em:

<https://mst.org.br/quem-somos/> Acesso em 19 nov. 2019.

STEDILE, J. P. FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P, ESTEVAM, D. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ONGHERO, A. L. ARGENTA, D. ROCHA, D. S. **Ocupar, Resistir, Produzir: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense e a construção da cidadania**. Chapecó: CEOM/UnoChapecó, 2015.